

## ANEXO II

## Tabela salarial

Parques Tejo, E.M., S.A. Tabela Salarial - 2018										
CATEGORIAS	NÍVEIS DE PROGRESSÃO									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO										
OPERADOR DE PARQUES										
OPERADOR DE COLECTA	702,02 €	730,11 €	759,31 €	789,68 €	829,17 €	870,63 €	940,28 €	1 015,50 €	1 096,74 €	
ASSISTENTE OPERACIONAL										
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO										
	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
AGENTE FISCALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO	759,31 €	789,68 €	829,17 €	870,63 €	940,28 €	1 015,50 €	1 096,74 €	1 228,35 €	1 364,08 €	
OPERADOR DE REBOQUE										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
SECRETARIADO ADMINISTRAÇÃO	940,28 €	1 015,50 €	1 096,74 €	1 228,35 €	1 364,08 €	1 514,13 €	1 665,54 €	1 832,09 €	1 978,66 €	2 136,95 €
TÉCNICO										
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
TÉCNICO SUPERIOR	1 228,35 €	1 364,08 €	1 514,13 €	1 665,54 €	1 832,09 €	1 978,66 €	2 136,95 €	2 307,91 €	2 492,54 €	2 691,94 €

Depositado em 11 de abril de 2018, a fl. 51 do livro n.º 12, com o n.º 58/2018, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

## Acordo de empresa entre a Universidade de Aveiro e o Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) e outros

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.ª

##### (Âmbito de aplicação)

1- O presente acordo de empresa, adiante designado por AE, aplica-se no território nacional e obriga, por um lado, a Universidade de Aveiro, enquanto fundação pública com regime de direito privado, adiante designada por entidade empregadora e, por outro, o Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), o Sindicato dos Professores do Norte e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro, aplicando-se aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora.

2- Os trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora e que não sejam filiados nos sindicatos subscritores po-

dem aderir ao presente acordo coletivo nos termos previstos no artigo 497.º do Código do Trabalho.

3- O presente AE visa estabelecer as regras e princípios em matéria de duração e horário de trabalho a aplicar aos trabalhadores da entidade empregadora e, no que ao pessoal docente respeita, a clarificação da aplicação das normas constantes nos Estatutos da Carreira Docente Universitária e da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4- O acordo aplica-se, ainda, a todos os trabalhadores da entidade empregadora (pessoal docente, pessoal investigador e pessoal técnico, administrativo e de gestão) que durante a vigência do mesmo venham a adquirir a qualidade jurídica prevista no número 1.

5- Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 492.º do Código de Trabalho, serão abrangidos pelo presente AE cerca de 450 trabalhadores.

##### Cláusula 2.ª

##### (Vigência e denúncia)

1- O presente AE entra em vigor 5 dias depois da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* e tem a vigência de um ano, renovando-se, sucessivamente, por iguais períodos.

2- A denúncia, a sobrevigência e a cessação deste AE seguem os trâmites legais previstos no Código de Trabalho.

**Cláusula 8.ª**

**(Funcionamento)**

1- A comissão paritária funcionará em local a determinar pelas partes.

2- A comissão paritária reúne a pedido de qualquer das partes mediante convocatória a enviar com a antecedência mínima de 15 dias de que conste o dia, hora e agenda de trabalhos, cabendo o secretariado à parte que convocar a reunião.

3- No final da reunião será lavrada e assinada a respetiva ata.

**Cláusula 9.ª**

**(Competências)**

Compete à comissão paritária interpretar e integrar o disposto nesta convenção.

**Cláusula 10.ª**

**(Deliberações)**

1- A comissão paritária só poderá deliberar desde que estejam presentes um membro de cada uma das partes.

2- As deliberações da comissão são tomadas por unanimidade e passam a fazer parte integrante da presente convenção, logo que publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

**CAPÍTULO IV**

**Disposições finais**

**Cláusula 11.ª**

**(Direito subsidiário)**

Todas as matérias não expressamente previstas no presente AE são reguladas pelas normas laborais em vigor a cada momento.

Aveiro, 27 de fevereiro de 2018.

Pela entidade empregadora:

*Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção*, reitor da Universidade de Aveiro.

Pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC):

*Professor Doutor António Duarte Morais*, membro da direção do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).

Pelo Sindicato dos Professores do Norte:

*Professor Doutor João da Fátima Marques Baldaia*, membro da direção do Sindicato dos Professores do Norte.

*Professor Doutor José António Faria Pinto*, membro da direção do Sindicato dos Professores do Norte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro:

*Dr. José Manuel Mota Dias*, coordenador geral do Sin-

dicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro.

*Dr. António Macário Monteiro*, membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro.

Depositado em 5 de abril de 2018, a fl. 50 do livro n.º 12, com o n.º 53/2018, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

**Acordo de empresa entre a Universidade de Aveiro e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos - STE**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**(Âmbito de aplicação)**

1- O presente acordo de empresa, adiante designado por AE, aplica-se no território nacional e obriga, por um lado, a Universidade de Aveiro, enquanto fundação pública com regime de direito privado, adiante designada por entidade empregadora e, por outro, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos - STE, aplicando-se aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora.

2- Os trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora e que não sejam filiados no sindicato subscritor podem aderir ao presente acordo coletivo nos termos previstos no artigo 497.º do Código do Trabalho.

3- O presente AE visa estabelecer as regras e princípios em matéria de duração e horário de trabalho a aplicar aos trabalhadores da entidade empregadora e, no que ao pessoal docente respeita, a clarificação da aplicação das normas constantes nos Estatutos da Carreira Docente Universitária e da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4- O acordo aplica-se, ainda, a todos os trabalhadores da entidade empregadora (pessoal docente, pessoal investigador e pessoal técnico, administrativo e de gestão) que durante a vigência do mesmo venham a adquirir a qualidade jurídica prevista no número 1.

5- Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 492.º do Código de Trabalho, serão abrangidos pelo presente AE cerca de 450 trabalhadores.

**Cláusula 2.ª**

**(Vigência e denúncia)**

1- O presente AE entra em vigor 5 dias depois da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* e tem a vigência

**Cláusula 8.ª**

**(Funcionamento)**

1- A comissão paritária funcionará em local a determinar pelas partes.

2- A comissão paritária reúne a pedido de qualquer das partes mediante convocatória a enviar com a antecedência mínima de 15 dias de que conste o dia, hora e agenda de trabalhos, cabendo o secretariado à parte que convocar a reunião.

3- No final da reunião será lavrada e assinada a respetiva ata.

**Cláusula 9.ª**

**(Competências)**

Compete à comissão paritária interpretar e integrar o disposto nesta convenção.

**Cláusula 10.ª**

**(Deliberações)**

1- A comissão paritária só poderá deliberar desde que estejam presentes um membro de cada uma das partes.

2- As deliberações da comissão são tomadas por unanimidade e passam a fazer parte integrante da presente convenção, logo que publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

**CAPÍTULO IV**

**Disposições finais**

**Cláusula 11.ª**

**(Direito subsidiário)**

Todas as matérias não expressamente previstas no presente AE são reguladas pelas normas laborais em vigor a cada momento.

Aveiro, 27 de fevereiro de 2018.

Pela entidade empregadora:

*Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção*, reitor da Universidade de Aveiro.

Pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC):

*Professor Doutor António Duarte Morais*, membro da direção do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).

Pelo Sindicato dos Professores do Norte:

*Professor Doutor João da Fátima Marques Baldaia*, membro da direção do Sindicato dos Professores do Norte.

*Professor Doutor José António Faria Pinto*, membro da direção do Sindicato dos Professores do Norte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro:

*Dr. José Manuel Mota Dias*, coordenador geral do Sin-

dicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro.

*Dr. António Macário Monteiro*, membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro.

Depositado em 5 de abril de 2018, a fl. 50 do livro n.º 12, com o n.º 53/2018, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

**Acordo de empresa entre a Universidade de Aveiro e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos - STE**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**(Âmbito de aplicação)**

1- O presente acordo de empresa, adiante designado por AE, aplica-se no território nacional e obriga, por um lado, a Universidade de Aveiro, enquanto fundação pública com regime de direito privado, adiante designada por entidade empregadora e, por outro, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos - STE, aplicando-se aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora.

2- Os trabalhadores em regime de contrato de trabalho de direito privado que exercem funções na entidade empregadora e que não sejam filiados no sindicato subscritor podem aderir ao presente acordo coletivo nos termos previstos no artigo 497.º do Código do Trabalho.

3- O presente AE visa estabelecer as regras e princípios em matéria de duração e horário de trabalho a aplicar aos trabalhadores da entidade empregadora e, no que ao pessoal docente respeita, a clarificação da aplicação das normas constantes nos Estatutos da Carreira Docente Universitária e da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4- O acordo aplica-se, ainda, a todos os trabalhadores da entidade empregadora (pessoal docente, pessoal investigador e pessoal técnico, administrativo e de gestão) que durante a vigência do mesmo venham a adquirir a qualidade jurídica prevista no número 1.

5- Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 492.º do Código de Trabalho, serão abrangidos pelo presente AE cerca de 450 trabalhadores.

**Cláusula 2.ª**

**(Vigência e denúncia)**

1- O presente AE entra em vigor 5 dias depois da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* e tem a vigência